



Instituto de Responsabilidade Social Sírio  
Libanês  
Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

Demonstrações contábeis acompanhadas do  
Relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2016

## Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016	12

## Relatório do auditor independente

Grant Thornton  
Auditoria e Consultoria Ltda.  
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105  
12º andar | Edifício Berrini One | Vila Olímpia  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)  
T +55 11 3886.5100

Aos Conselheiros e Diretores  
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês  
Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade de Reabilitação Lucy Montoro (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês – Unidade de Reabilitação Lucy Montoro em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que, em 02 de maio de 2012, o Instituto firmou com o Governo do Estado de São Paulo (por meio da Secretaria de Estado da Saúde), contrato de Gestão do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro, com duração de 5 anos, o que indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Instituto. A Administração trabalha com a expectativa de renovação do citado contrato, tendo preparado as presentes demonstrações contábeis em base de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Partes relacionadas**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, em 31 de dezembro de 2016 o Instituto apresenta saldo a receber de partes relacionadas no montante de R\$4.321 (R\$22.843 em 2015), cujo contrato de gestão não prevê a utilização de recursos junto à outras entidades (o que pode ser questionado pelo Governo do Estado de São Paulo). Nossa opinião não está ressalvada em relação à esse assunto.

**Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

#### **Outros assuntos – auditoria do exercício anterior**

As demonstrações contábeis do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos saldos estão apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 4 de março de 2016, não continha ressalvas. A demonstração do resultado referente ao citado exercício está sendo reapresentada em função do assunto discutido na Nota Explicativa nº 4.

São Paulo, 3 de abril de 2017.



Octavio Zampirolo Neto  
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP-034.766/O-0

**INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS**  
**Unidade de Reabilitação Lucy Montoro**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em reais - R\$)

**ATIVO**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Recursos vinculados à projetos - contratos de gestão e convênios	5	1.124.651	377.082
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	507.607	507.607
Créditos diversos	7	47.893	25.686
Partes relacionadas	20	4.321	22.843
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>1.684.472</u>	<u>933.218</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>1.684.472</u>	<u>933.218</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	8	138.644	44.110
Obrigações trabalhistas	9	665.703	499.955
Obrigações tributárias	10	4.729	12.165
<b>Total do passivo circulante</b>		809.076	556.230
<b>Patrimônio líquido</b>	11		
Superávit acumulado		376.988	2.119.404
Superávit (déficit) do exercício		498.408	(1.742.416)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		875.396	376.988
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		1.684.472	933.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

### Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015 (Reapresentado)</u>
<b>Receitas operacionais</b>			
Recursos dos contratos de gestão - convênio estadual	12	6.091.284	5.725.997
		6.091.284	5.725.997
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	13	(5.105.573)	(5.067.694)
<b>Superávit bruto</b>		985.711	658.303
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Utilidade pública	14	(14.556)	(14.942)
Serviços profissionais	15	(453.776)	(512.282)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(115.462)	(1.925.020)
<b>Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro</b>		401.917	(1.793.941)
Despesas financeiras	17	(29.626)	(33.573)
Receitas financeiras	18	126.117	85.098
		96.491	51.525
<b>Superávit (déficit) do exercício</b>		498.408	(1.742.416)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS**  
**Unidade de Reabilitação Lucy Montoro**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

(Valores expressos em reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Superávit (déficit) do exercício	498.408	(1.742.416)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>498.408</u></u>	<u><u>(1.742.416)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	2.842.937	(723.533)	2.119.404
Incorporação do déficit do ano anterior ao superávit acumulado	(723.533)	723.533	-
Déficit do exercício	-	(1.742.416)	(1.742.416)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	2.119.404	(1.742.416)	376.988
Incorporação do déficit do ano anterior ao superávit acumulado	(1.742.416)	1.742.416	-
Superávit do exercício	-	498.408	498.408
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	376.988	498.408	875.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SÍRIO LIBANÊS Unidade de Reabilitação Lucy Montoro

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Das operações sociais:		
Superávit (déficit) do exercício	498.408	(1.742.416)
<b>Varição de ativos e passivos operacionais</b>		
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	-	(33.209)
Créditos diversos	(22.207)	68.475
Partes relacionadas	18.522	(22.843)
Fornecedores	94.534	(54.665)
Obrigações trabalhistas	165.748	(41.730)
Obrigações tributárias	(7.436)	(9.937)
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais</b>	747.569	(1.836.325)
<b>Aumento (redução) de Recursos vinculados à projetos - contratos de gestão e convênios</b>	747.569	(1.836.325)
No início do exercício	377.082	2.213.407
No final do exercício	1.124.651	377.082
<b>Aumento (redução) de Recursos vinculados à projetos - contratos de gestão e convênios</b>	747.569	(1.836.325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("IRSSL") é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede á Rua Peixoto Gomide n° 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o n° 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

### **Contratos de Gestão Governo de São Paulo - Serviço de Reabilitação Lucy Montoro**

Localizada na Avenida Professor Adib Chaib, n° 1.001 - Mogi Mirim (Unidade de Reabilitação Lucy Montoro de Mogi Mirim). O contrato de Gestão n° 001.0500.000.002/2014 firmado em 2 de maio de 2012 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 2 de maio de 2012 por 5 anos. O valor do repasse previsto para 2017 é de R\$ 2,07 milhões, sendo que o atual contrato tem validade até abril de 2017.

O Instituto está participando do Chamamento Público para a Renovação deste Contrato.

Em função do Serviço de Reabilitação Lucy Montoro ser responsável apenas pela gestão dos hospitais, os ativos imobilizados relacionados às unidades de saúde ficam sob responsabilidade do ente público.

	31/12/2016	31/12/2015
Equipamentos, materiais e mobiliários	1.279.918	906.700
	<b>1.279.918</b>	<b>906.700</b>

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas**

### **2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

As presentes demonstrações contábeis incluem dados não contábeis e dados contábeis, como operacionais e financeiros. Os dados não contábeis não foram objetos de auditoria e/ou outros procedimentos por parte do auditor independente.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que evidenciam todas as informações relevantes próprias das mesmas, foram aprovadas pela Gerência Financeira e pela Gerência Executiva do Instituto em 3 de abril de 2017, que correspondem às informações utilizadas pelos respectivos órgãos na sua gestão.

#### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

#### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a mensuração de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 19).

### **2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

## **3. Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas a seguir estão sendo aplicadas de forma consistente pelo Instituto em ambos períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento.

Os recursos financeiros que o Instituto possui, mas que estão vinculados a projetos, são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

#### **Recursos vinculados a projetos**

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

**Obrigações trabalhistas**

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

**Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

**Apuração do resultado do exercício**

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no início do mês seguinte à competência.

**Receitas com trabalhos voluntários**

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações contábeis.

**Instrumentos financeiros****Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

**Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

#### **Passivos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e contratos de gestão e convênios.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### **4. Reapresentação da Demonstração de Resultado de 2015**

Para fins de comparabilidade, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está sendo reapresentada para atendimento à alteração ocorrida na ITG 2002 (R1) item 9B, que estabelece que as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. Dessa forma, não devem ser reconhecidas as Receitas de Isenção de INSS e o respectivo Custos de Encargos de Previdência Social, as quais não interferem no resultado operacional da unidade. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, essas informações estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 22.

#### **5. Recursos vinculados à projetos - contratos de gestão e convênios**

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	168	46
Aplicações financeiras	1.124.483	377.036
	<b>1.124.651</b>	<b>377.082</b>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se principalmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 81% a 100% do CDI.

#### **6. Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios**

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos a receber de projetos – Lucy Montoro	507.607	507.607
	<b>507.607</b>	<b>507.607</b>

Referem-se às parcelas a receber de repasses para custeio e investimento, recebidas em janeiro do exercício seguinte. O Serviço de Reabilitação Lucy Montoro mantém contratos de gestão com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde.

**7. Créditos diversos**

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos a funcionários	47.893	25.686
	<b>47.893</b>	<b>25.686</b>

**8. Fornecedores**

	31/12/2016	31/12/2015
Nacionais	138.644	44.110
	<b>138.644</b>	<b>44.110</b>

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2016	31/12/2015
Vencidos (1)	23.105	8.540
A vencer até 30 dias	115.539	35.570
	<b>138.644</b>	<b>44.110</b>

- (1) A Administração passou negociar junto aos credores dos títulos vencidos e não pagos no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem nenhuma inclusão de multas, juros ou quaisquer outras taxas. A Administração tem obtido êxito nestas negociações, escalonando os pagamentos de suas obrigações, sendo que os parcelamentos propostos vêm sendo cumpridos.

**9. Obrigações trabalhistas**

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e ordenados a pagar	193.408	157.023
Contribuições e encargos sociais	133.024	85.110
Provisão para férias e encargos sobre férias	339.271	257.822
	<b>665.703</b>	<b>499.955</b>

**10. Obrigações tributárias**

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	76	59
ISS	1.166	4.793
PIS/COFINS/CSLL	507	561
INSS pessoa jurídica	2.980	6.752
	<b>4.729</b>	<b>12.165</b>



**11. Patrimônio líquido**

Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, superávits e déficits dos exercícios são integralmente incorporados ao patrimônio líquido.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

**Evolução do Patrimônio líquido**

	31/12/2016	31/12/2015
Lucy Montoro	875.396	376.988
	<b>875.396</b>	<b>376.988</b>

**12. Receitas dos contratos de gestão - convênio estadual**

	31/12/2016	31/12/2015
Contrato e Gestão – Lucy Montoro	6.091.284	5.725.997
	<b>6.091.284</b>	<b>5.725.997</b>

**13. Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos**

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e encargos	(3.946.382)	(3.776.834)
Medicamentos e materiais de uso - paciente	(7.708)	(7.818)
Materiais de consumo diversos	(801.455)	(711.912)
Lavadeira e roupa	(3)	(86)
Segurança e vigilância	(184.859)	(291.691)
Higiene e limpeza	(152.468)	(198.489)
Serviços médicos	(12.698)	(80.864)
	<b>(5.105.573)</b>	<b>(5.067.694)</b>

**14. Utilidade pública**

	31/12/2016	31/12/2015
Telecomunicações	(14.556)	(14.942)
	<b>(14.556)</b>	<b>(14.942)</b>

**15. Serviços profissionais**

	31/12/2016	31/12/2015
Consultoria e assessoria	(113.263)	(222.622)
Auditoria	(14.900)	(8.000)
Suporte em infraestrutura de TI	(30.825)	(65.109)
Manutenção e conservação	(77.974)	(20.944)
Serviços técnicos administrativos	(4.376)	(31.146)
Serviços diversos – pessoas jurídicas	(212.438)	(164.461)
	<b>(453.776)</b>	<b>(512.282)</b>

**16. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	31/12/2016	31/12/2015
Locação de equipamento	(61.098)	(91.191)
Despesas de viagem	(6.798)	(8.767)
Uniforme / E.P.I	(5.130)	(9.221)
Produtos de jardinagem	(16.810)	(11.200)
Despesas legais / fiscais/ parafiscais	(4.439)	(6.338)
Compensação de investimento	-	(1.787.542)
Outras despesas (receitas)	(21.187)	(10.761)
	<b>(115.462)</b>	<b>(1.925.020)</b>

**17. Despesas financeiras**

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(25.972)	(20.943)
Imposto sobre operações financeiras	(1.189)	(10.110)
Juros incorridos	(12)	(25)
Multas	-	(124)
Outras despesas financeiras	(2.453)	(2.371)
	<b>(29.626)</b>	<b>(33.573)</b>

**18. Receitas financeiras**

	31/12/2016	31/12/2015
Descontos obtidos	114	4
Receita de aplicações financeiras	126.003	85.094
	<b>126.117</b>	<b>85.098</b>

**19. Instrumentos financeiros**

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015), o Instituto está sujeito aos fatores de:

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Instituto.

**Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

**Classificações contábeis e valores justos****Valor justo contra valor contábil**

O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
<b>31 de dezembro 2016</b>						
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	1.124.651	-	-	1.124.651	1.124.651
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	507.607	-	507.607	507.607
Outros ativos	7	52.214	-	-	52.214	52.214
Fornecedores	8	-	-	(138.644)	(138.644)	(138.644)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	9 e 10	-	-	(670.432)	(670.432)	(670.432)
		<u>1.176.865</u>	<u>507.607</u>	<u>(809.076)</u>	<u>875.396</u>	<u>875.396</u>
<b>31 de dezembro 2015</b>						
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	377.082	-	-	377.082	377.082
Recursos a receber de projetos - contratos de gestão e convênios	6	-	507.607	-	507.607	507.607
Outros ativos	7	48.529	-	-	48.529	48.529
Fornecedores	8	-	-	(44.110)	(44.110)	(44.110)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)	9 e 10	-	-	(512.120)	(512.120)	(512.120)
		<u>425.611</u>	<u>507.607</u>	<u>(556.230)</u>	<u>(376.988)</u>	<u>(376.988)</u>

**20. Partes relacionadas**

Ativo	31/12/2016	31/12/2015
Unidade Hospital Geral do Grajaú	2.500	2.500
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês - matriz	1.461	1.461
Unidade AMAS Peri Peri	-	916
Unidade AMA Especialidades Santa Cecília	-	16.069
Unidade Estratégia Saúde da Família	-	1.537
Unidade AME Interlagos	360	360
	<u>4.321</u>	<u>22.843</u>

O Instituto tem Acordo de Colaboração firmado com a Sociedade Beneficente de Senhoras Sírio Libanês. Este acordo consiste na ajuda financeira necessária para a manutenção da unidade, seja ela por meio de doações (materiais ou monetárias) ou empréstimos para custear as despesas necessárias da unidade.

## 21. Tributos e contribuições

### Imposto de renda e contribuição social

#### Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

#### PIS

O Instituto está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculado sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97.

#### COFINS

O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

#### Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto 2016 aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2016 e de 2015. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo)

Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

Com base no estudo baseado nas estimativas anteriores, os montantes das principais renúncias fiscais apuradas são:

<b>Incidentes sobre a receita</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Receita, depois dos descontos	6.091.284	5.725.997
ISS 5%	304.564	286.300
PIS 0,65%	39.593	37.219
COFINS 3,0%	182.739	171.780
	<b>526.896</b>	<b>495.299</b>
<b>Incidentes sobre o superávit</b>		
Superávit (déficit) do exercício	498.408	(1.742.416)
IRPJ e CSLL 34%	169.459	-
<b>Total</b>	<b>696.355</b>	<b>495.299</b>

**22. Isenção de INSS cota patronal**

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,8%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,96%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015).

A seguir evidenciamos memória de cálculo da isenção de INSS cota patronal:

	31/12/2015	31/12/2015
Ordenados e salários	3.175.969	824.671
<b>Isenção de INSS (27,96%)</b>	<b>888.001</b>	<b>230.578</b>

\* \* \*